



Receita pagará R\$ 16 bilhões no maior lote de restituição da história

Novo Desenrola renegocia quase R\$ 12 bilhões em dívidas

Página 4

Arrecadação federal bate recorde e supera R\$ 278 bilhões em abril

Página 6

A Receita Federal libera, nesta sexta-feira (22), a consulta ao maior lote de restituição do Imposto de Renda da história. Um total de 8.749.992 contribuintes receberão R\$ 16 bilhões. O pagamento contempla o primeiro lote da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física de 2026 e restituições residuais de anos anteriores. Em nota, a Receita informou que o lote recorde se deve à agilidade no processamento das declarações e do avanço das ferramentas de modernização e automação adotadas pelo órgão. O primeiro lote de 2026, informou o órgão, representa 40% das restituições previstas para serem pagas este ano, tanto em valores quanto em número de contribuintes. Dos R\$ 16 bilhões desse lote, R\$ 8,64 bilhões irão para contribuintes com prioridade legal no reembolso. Página 3

Previsão do Tempo

Sexta: Céu nublado com possibilidade de garoa de dia e à noite. **17°C** **14°C**



Manhã Tarde Noite

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,98
Venda: 4,98

Turismo
Compra: 5,01
Venda: 5,19

EURO

Compra: 5,79
Venda: 5,79

Agronegócio poderá usar linha de crédito do FAT para inovação



Foto: Divulgação

Aneel oficializa megaleilão do governo Lula que contratou R\$ 515 bilhões de energia

Página 3

Museu do Ipiranga participa da Virada Cultural com entrada gratuita

Página 2

Consumo de café sobe 2,44% no primeiro quadrimestre deste ano

Com a desaceleração dos preços do café nos supermercados, o consumo da bebida voltou a crescer no Brasil. Nos primeiros quatro meses deste ano foi registrada uma alta de 2,44% no consumo de café na comparação com o mesmo período do ano passa-

do, alcançando 4,9 milhões de sacas de 60 quilos. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), a recuperação no consumo teve início principalmente em março, quando o crescimento chegou a 10,25% em relação a março de 2025. Página 6

Esporte

Augusto Farfus traz BMW GT3 e equipe das 24 Horas de Le Mans para acelerar na rodada dupla de Interlagos

O piloto brasileiro Augusto Farfus será a grande atração do próximo fim de semana de corridas do Endurance Brasil. Um dos pilotos mais vitoriosos do país no século, o paranaense vai estreiar no show dos carros mais rápidos do país com força total: ele vai competir com a mesma BMW M4 GT3 que acelera nas 24 Horas de Le Mans e no FIA WEC. E mais: ele terá a companhia do piloto britânico Darren Leung, enquanto o carro será operado pela equipe oficial belga WRT, mesma formação que acompanha Farfus no Mundial.

Farfus, piloto oficial da

BMW há quase duas décadas, vai disputar as duas provas deste fim de semana, dias 23 e 24 de maio, no Autódromo de Interlagos, em São Paulo (SP). As corridas serão válidas pela segunda e terceira etapas do Endurance Brasil em 2026 e cada uma terá três horas e 20 minutos de duração. O multicampeão ainda será uma das estrelas do lançamento da BMW M2 Cup, nova categoria monomarca do automobilismo brasileiro, que estreia neste fim de semana e fará todas as suas provas junto do Endurance.

A participação de Farfus transforma a etapa paulista em uma oportunidade rara para o público brasileiro acompanhar

de perto um equipamento de especificação internacional em ação no país, além de servir como preparação importante para o desafio em Le Mans, uma das provas mais emblemáticas do automobilismo mundial. "Será muito especial correr em Interlagos antes de Le Mans, ainda mais levando ao Brasil o mesmo projeto que vamos utilizar na França. É uma chance de acelerar diante da torcida brasileira e também de ganhar quilômetros importante com a equipe", destacou Farfus.

Além de Farfus e sua BMW, o público que prestigiar a rodada dupla de Interlagos poderá ver em ação protótipos nacionais e Ligier e carros de outras



Foto: Divulgação

marcas icônicas, como Porsche, Mercedes e McLaren. O fim de semana será completado pelas atividades do Porsche Club, liderado pela Stuttgart Porsche, patrocinadora oficial da categoria. As entradas para camarote e arquibancadas podem ser adquiridas pelo site da DiskIngressos, com opção de compra para sábado, domingo ou passaporte para os dois dias. A prova ainda terá transmissão via YouTube, no canal oficial da categoria.

Augusto Farfus participação no Endurance Brasil

No MOTO1000GP, pista de Goiânia é novidade para pilotos da Daytona 660 Cup

Além de marcar o primeiro GP Triumph e a primeira corrida da Daytona 660 Cup no Autódromo Internacional Ayrton Senna, a segunda etapa do MOTO1000GP, que será realizada neste fim de semana em Goiânia, também representa a estreia de dois pilotos da categoria no circuito que recebeu o Mundial de Motovelocidade em março. As principais corridas e ativações do fim de semana serão realizadas no domingo, 24 de maio.

A Daytona 660 Cup, que integra a programação do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade desde 2025 como uma categoria intermediária, posicionada entre as competições de

baixa cilindrada e a GP600, fará sua estreia na pista de Goiânia neste fim de semana. Em 2025, o campeonato não realizou provas no circuito em função das obras de modernização para o MotoGP. Além da novidade para a categoria, a etapa também será inédita para dois pilotos, que nunca competiram em Goiânia e terão pela frente o desafio de acelerar pela primeira vez no traçado goiano. A adaptação ao circuito será um dos pontos de atenção da etapa, especialmente para quem ainda busca ganhar experiência na categoria.

"As expectativas são as melhores possíveis para Goiânia. Tenho treinado bastante, tanto na moto quanto na parte física

com outros esportes, para chegar bem preparado para a etapa. Como ainda não conheço a pista, principalmente depois da reforma, a ideia é fazer uma prova consistente, sem forçar demais. Quero buscar um bom ritmo no meio do pelotão e evoluir ao longo do fim de semana. Pelo que vi, é uma pista mais rápida, de alta, então estou ansioso para ver como vai ser na prática", comenta Moacir Nunes.

Rivaldo Pontarolo também encara a etapa como um processo de evolução dentro da categoria. O piloto chega para sua primeira experiência no circuito de Goiânia enquanto ainda passa por um período de adaptação após uma lesão recente.

"Vai ser uma etapa de muito aprendizado para mim. Além de ainda não conhecer a pista, também estou em fase de adaptação com a moto e retomando o ritmo depois da lesão. O foco é aproveitar cada sessão para evoluir, ganhar confiança e completar a corrida", destaca Rivaldo.

A Daytona 660 Cup é uma categoria do MOTO1000GP desenvolvida em parceria com a Triumph Motorcycles Brasil. Criada em 2025, reúne exclusivamente motos Daytona 660 em um grid padronizado, garantindo alto nível técnico e acessibilidade para pilotos em ascensão. A copa tem patrocínio de Triumph Motorcycles Brasil, Castrol, Shoei, Power Escapamentos,

Bullet Moto Systems, Durag, KWT e W-Tech.

PROGRAMAÇÃO

A programação de treinos livres começa na sexta-feira, dia 22. No sábado, dia 23, acontecem as sessões classificatórias e as primeiras corridas das categorias GP1000 by Motul, Yamalube R3 BLU CRU LA nas classes Cup e Talent. No domingo, dia 24, serão realizadas as segundas corridas de cada categoria, além das provas da GP600, GP Light e Daytona 660 Cup. A corrida única da Yamaha R15 BLU CRU LA está prevista para o sábado. Nesta etapa, além das provas do brasileiro, o MOTO1000GP terá também as provas do Campeonato

Goiano de Motovelocidade. A 600 GO dividirá grid com a GP600 e a 1000 GO alinhará com a GP Light e a 300/400 GO fechará as atividades do evento. A programação completa está disponível no site do MOTO1000GP.

Além das disputas, o público terá acesso a ativações e experiências ao longo do evento, como o Mottu Experience, voltado a motociclistas habilitados, o espaço Mottu Company com exposição de produtos e o tradicional moto passeio realizado no domingo, que reúne participantes em uma volta coletiva no circuito. A estrutura contará ainda com praça de alimentação, lojas oficiais e estacionamento gratuito para carros e motos.

Museu do Ipiranga participa da Virada Cultural com entrada gratuita

O Museu do Ipiranga integra a programação da Virada Cultural 2026, que acontece nos dias 23 e 24 de maio, com uma agenda especial. A agenda conta com visitação gratuita nas exposições em cartaz, visitas mediadas com o educador em português e Libras e o espetáculo Tá Todo Mundo Rindo?, do coletivo Dissidência Def. A participação do Museu do Ipiranga este ano amplia o acesso à cultura com atividades acessíveis e propostas de leitura crítica da história do Brasil.

Realizada pela Prefeitura de São Paulo, a Virada Cultural é considerada o maior festival cultural gratuito do País e, nesta edição, adota o tema O Festival dos Festivais. Com mais de mil atrações dis-

tribuídas por todas as regiões da cidade, a programação ocupa equipamentos culturais, espaços parceiros e 22 palcos, sendo 17 nos bairros e 5 no centro, ao longo de 24 horas ininterruptas, transformando São Paulo em um grande circuito cultural.

No dia 23 de maio, às 16h, o Auditório do Museu do Ipiranga recebe o espetáculo Tá Todo Mundo Rindo?, apresentado pelo coletivo Dissidência Def. Partindo do princípio de que o riso também é linguagem, o grupo utiliza o humor como ferramenta de crítica social para provocar reflexões sobre acessibilidade, inclusão e capacitismo. Com uma abordagem contemporânea, o espetáculo convida o público a



Foto: Divulgação/Governo de SP

• Museu do Ipiranga fica na Rua dos Patriotas, 100

reaver percepções sobre diversidade e direitos das pessoas com deficiência, contribuindo para a ampliação da representatividade e para práticas culturais mais in-

clusivas. O elenco reúne artistas e arte-educadores com deficiência, como Marião Pirata (Mário Matos), mestre de cerimônias do espetáculo; o Palhaço Am-

nésio (Luan Luando), também poeta e produtor cultural; a atriz Karina Sbruzzi; o comediante Braz Junior; e a Palhaça Fronha (Antônia Vilarinho),

pesquisadora e artista.

As visitas mediadas em português e Libras nas exposições de longa duração estimulam o diálogo, a reflexão crítica e a participação ativa do público. Durante a Virada Cultural, educadores conduzirão atividades que propõem leituras aprofundadas sobre o acervo e as narrativas históricas, promovendo conexões entre passado e presente e abrindo espaço para múltiplas interpretações.

Durante a Virada Cultural, nos dias 23 e 24 de maio, o público poderá visitar gratuitamente o Museu do Ipiranga, sendo o dia 23 um oferecimento do museu. A ação amplia o acesso ao espaço e convida diferentes públicos a conhecerem as 11 exposições de longa duração. Conheça detalhes sobre cada uma das exposições de longa duração no site do museu. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Cristãos vereadores(as) podem lembrar aos Bolsonaro de que comunicadores(as) do mercado político nunca terão a Verdade da Comunicação Real [com Inteligência Espiritual] de DEUS e do Cristo ...

PREFEITURA (São Paulo)
Cristão Ricardo Nunes pode lembrar aos Bolsonaro de que comunicadores(as) do mercado político nunca terão a Verdade da Comunicação Real [com Inteligência Espiritual] de DEUS e do Cristo ...

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Cristãos deputados(as) podem lembrar aos Bolsonaro de que comunicadores(as) do mercado político nunca terão a Verdade da Comunicação [com Inteligência Espiritual] de DEUS e do Cristo ...

GOVERNO (São Paulo)
Cristão Tarcisio Freitas pode lembrar aos Bolsonaro de que comunicadores(as) do mercado político nunca terão a Verdade Real da Comunicação [com Inteligência Espiritual] de DEUS e do Cristo ...

CONGRESSO (Brasil)
Cristãos deputados(as) e senadores(as) podem lembrar aos Bolsonaro de que comunicadores(as) do mercado político nunca terão a Verdade Real da Comunicação [com Inteligência Espiritual] de DEUS e do Cristo ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Cristãos Temer e o ex-vice Mourão podem lembrar aos Bolsonaro de que comunicadores(as) do mercado político nunca terão a Verdade Real da Comunicação [com Inteligência Espiritual] de DEUS e do Cristo ...

PARTIDOS (Brasil)
Cristãos e dirigentes nas legendas podem lembrar aos Bolsonaro de que comunicadores(as) do mercado político nunca terão a Verdade Real da Comunicação [com Inteligência Espiritual] de DEUS e do Cristo ...

JUSTIÇAS (Brasil)
Cristãos nas carreiras jurídicas podem lembrar aos Bolsonaro de que comunicadores(as) do mercado político nunca terão a Verdade Real da Comunicação [com Inteligência Espiritual] de DEUS e do Nosso Juiz, o Cristo ...

ANO 34
Na imprensa [Brasil] desde 1993, o jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual nesta coluna [diária] de política. Ela recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "mas aqueles que esperam no Senhor renovam as suas forças. Voam alto como águias; correm e não ficam exaustos, andam e não se cansam!" **Isaías 40:31**

USP abre vagas para facilitadores da Univesp

A Universidade de São Paulo (USP) lançou na quinta (21) o edital com inscrições para a seleção de alunos de mestrado ou doutorado que desejam participar do Programa Formação Didático-Pedagógica para Cursos na Modalidade à Distância da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). As inscrições vão até o dia 25 de maio, às 23h59. Acesso o edital, cronograma e formulário em: Edital-PRPG-6-2026-facilitadores-univesp.pdf

No programa, que possui duração de 24 meses, os discentes cursam a especialização e oferecem apoio como facilitadores virtuais aos cursos de graduação da Univesp. Durante a formação, os bolsistas recebem bolsas de R\$ 2.100 a R\$ 3.100, pagas com recursos próprios do Governo do Estado de São Paulo, por meio da instituição.

O objetivo da iniciativa é desenvolver habilidades relaciona-

das à prática didático-pedagógica do bolsista, em cursos virtuais, com a colaboração de um supervisor. Para participar do Programa, os alunos deverão permanecer matriculados em cursos de pós-graduação das universidades, ter formação nas áreas relacionadas às disciplinas de graduação da Univesp e possuir disponibilidade de 12 horas semanais. O início das atividades acontece em julho de 2026.

Sobre a Univesp

Criada em 2012, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo é uma instituição de educação à distância, mantida pelo Governo do Estado. Entre seus principais parceiros, destacam-se as universidades USP, Unesp, Unicamp e o Centro Paula Souza (CPS). A Univesp conta com mais de 80 mil alunos, entre estudantes de graduação e pós, e dez cursos oferecidos nos últimos vestibulares -

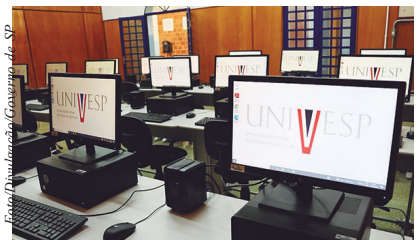


Foto: Divulgação/Governo de SP

• Início das atividades acontece em julho de 2026

Letras, Matemática, Pedagogia, Bacharelado em Tecnologia da Informação (BTI), Bacharelado em Ciência de Dados, Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Administração, Processos Gerenciais e o novo de Bacharel em Inteligência Artificial.

Os cursos são realizados em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), por meio de videoaulas, bibliotecas digitais, conteúdos pedagógicos e fóruns, que garantem a interação do discente com o facilitador. Em 2026, a universidade possui 462 polos e está presente em 392 municípios do Estado, representando mais de 60% do território paulista. (Governo de SP)

São Paulo anuncia mais R\$ 170 milhões para climatização e deve chegar a 1.500 escolas estaduais atendidas



Foto: Divulgação/Governo de SP

• Novo pacote prevê intervenções em outras 446 unidades, com prioridade para regiões de temperaturas mais elevadas no estado

A Secretaria da Educação de São Paulo (Seduc-SP) anunciou neste mês mais R\$ 170 milhões em investimentos para obras de climatização em escolas da rede

estadual. O novo pacote prevê intervenções em outras 446 unidades, com prioridade para regiões de temperaturas mais elevadas no estado.

A climatização se tornou uma das principais frentes de infraestrutura da atual gestão, que assumiu em 2023 com apenas 10 unidades totalmente climatizadas na rede estadual. A Seduc-SP já investiu cerca de R\$ 400 milhões na área e conta atualmente com 1.056 escolas 100% contempladas. O total de recursos para a climatização de escolas chegou a R\$ 570 milhões. "Estamos fazendo uma verdadeira revolução nesse sentido a fim de dar conforto térmico para nossos estudantes, professores e toda a comunidade escolar", afirma o secretário da Educação Renato Feder.

Com as novas obras anunciadas, a rede deve alcançar cerca de 1.500 unidades climatizadas das 5 mil escolas estaduais paulistas.

Segundo Fabricio Moura Moreira, presidente da Fundação

para o Desenvolvimento da Educação (FDE), responsável pelas obras da Seduc-SP, a execução do projeto se dá em três etapas: a adaptação da infraestrutura elétrica das escolas, a instalação dos aparelhos de climatização e a ligação da energia por parte das concessionárias de energia elétrica.

O investimento integra um pacote de obras nas escolas da rede estadual, que soma R\$ 3,3 bilhões em 7.114 intervenções concluídas nos últimos 40 meses, início da atual gestão. As obras de infraestrutura incluem reformas de quadras esportivas, cozinhas, refeitórios e salas de aula que atendem estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, além da recuperação de fachadas das 5 mil escolas climatizadas das unidades. (Governo de SP)

Estado de SP tem 11 das 20 melhores cidades do Brasil para se viver

O estado de São Paulo tem 11 das 20 cidades com melhores condições de vida do Brasil, segundo levantamento do Instituto Imazon. Gavião Peixoto, com 4,8 mil habitantes e 307 quilômetros distante da capital paulista, lidera o ranking como a cidade com melhor qualidade de vida do país. Ao todo, foram avaliados todos os 5.570 municípios do país.

O cálculo é feito pelo Índice de Progresso Social (IPS), que mede e classifica a qualidade de vida com base em 57 indicadores sociais e ambientais. As informa-

ções vêm de fontes públicas como DataSUS, IBGE, Inep e MapBiomias.

Entre as 20 melhores cidades com maior pontuação, 11 são paulistas. O pódio, inclusive, é protagonizado por São Paulo: Gavião Peixoto (73,10), Jundiá (71,80) e Osvaldo Cruz (71,76).

Além de protagonista na qualidade de vida, Jundiá também tem destaque no setor turístico. A cidade é Município de Interesse Turístico (MIT) desde 2017. Ou seja, o Governo de São Paulo reconhece seu potencial turístico e ela está bem colocada para

receber recursos estaduais para infraestrutura e desenvolvimento do setor. Em abril deste ano, a cidade recebeu autorização para novo convênio de R\$ 600 mil para infraestrutura turística.

Além disso, Jundiá integra o Circuito das Frutas, formado por cidades com tradição agrícola especialmente na produção de frutas, vinho e no turismo rural. O município recebe cerca de 660 mil turistas por ano. A cidade também é destino do Expresso Turístico da CPTM, que parte da Estação da Luz com destino a Jundiá, Mogi das Cruzes

e Paranapiacaba.

Itupeva

Outro destaque do ranking é a cidade de Itupeva. Ao lado de Jundiá, a cidade integra o Circuito das Frutas com vocação para turismo rural, gastronomia, propriedades produtoras e eventos ligados à fruticultura. O Circuito destaca a produção regional de uva, morango, pêssego, goiaba, ameixa, caqui, acerola e figo. Além disso, o município destaca-se por suas fazendas centenárias, apiários, grutas, alambiques, trilhas. (Governo de SP)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar - Bela Vista - SP CEP: 01332-030 Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822 Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC Notícias Agrícolas FolhaPress Governo de São Paulo Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

Receita pagará R\$ 16 bilhões no maior lote de restituição da história

A Receita Federal libera, nesta sexta-feira (22), a consulta ao maior lote de restituição do Imposto de Renda da história. Um total de 8.749.992 contribuintes receberão R\$ 16 bilhões. O pagamento contempla o primeiro lote da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física de 2026 e restituições residuais de anos anteriores.

Em nota, a Receita informou que o lote recorde se deve à agilidade no processamento das declarações e do avanço das ferramentas de modernização e automação adotadas pelo órgão. O primeiro lote de 2026, informou o órgão, representa 40% das restituições previstas para serem pagas este ano, tanto em valores quanto em número de contribuintes.

Dos R\$ 16 bilhões desse lote, R\$ 8,64 bilhões irão para contribuintes com prioridade legal no reembolso.

As restituições estão distribuídas da seguinte forma:

- 4.959.431 contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram simultaneamente por receber a restituição via Pix (prioridade não determinada por lei);
- 2.256.975 contribuintes de



Foto: Roger Vedelem/Contrasto

- 60 a 79 anos (prioridade legal);
- 1.054.789 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério (prioridade legal);
- 256.697 contribuintes acima de 80 anos (prioridade legal);
- 222.100 contribuintes com deficiência física ou mental ou doença grave (prioridade legal).

Nesse lote, não haverá o pagamento a contribuintes sem prioridade. A consulta pode ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para

tablets e smartphones.

O recorde anterior tinha sido registrado no primeiro lote de 2025, que contemplou créditos de R\$ 11 bilhões para 6,2 milhões de contribuintes. Neste ano, a Receita reduziu de cinco para quatro o número de lotes regulares de restituições da declaração, com pagamentos no fim de maio, de junho, de julho e de agosto.

Pagamento

O pagamento será feito em 29 de maio, último dia de entrega das declarações deste ano, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda.

Caso o contribuinte não es-

teja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes.

Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessar o menu "Declarações e Demonstrativos", clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no campo "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária". (Agência Brasil)

Brasileira

Mauricio Picazo Galhardo



- Então olhei para o Brasil e vi o campo ...
- Quero saber apresenta:

"... o estado de São Paulo aumentou o total de Indicações Geográficas (IGs) aprovadas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) nos últimos três anos, duplicando o número. Em 2023, havia 7 certificações, e atualmente, o estado possui 14 IGs, das quais 10 estão relacionadas ao setor agrícola. Esse progresso é resultado da implementação de uma política pública que busca promover e valorizar a produção local, contando com o apoio direto da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA). A secretaria se empenha em ações de promoção, certificação sanitária, definição de áreas geográficas e assistência técnica para os produtos em fase de registro. As Indicações Geográficas estabelecem a conexão entre um produto e o seu local de origem. Na prática, essa certificação realça características desenvolvidas ao longo dos anos, como tradição, métodos de produção, identidade cultural e reputação. Exemplos disso incluem produtos como o café das montanhas paulistas, a banana do Vale do Ribeira, o mel do Vale do Paraíba e o palmito pupunha" ...

- o Brasil tem hoje 152 Indicações Geográficas (IGs)?
- Existem, duas IGs distintas: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO), segundo a Lei da Propriedade Industrial (LPI)?
- Parece que o IG é bom mesmo?



Cada região carrega tecnologia, sabores, tradições e formas de produção que fazem seus produtos serem únicos.

Conforme informações do INPI, com base em pesquisas tanto nacionais quanto internacionais, os produtos que obtêm Indicação Geográfica tendem a ter um aumento de valor médio entre 20% e 50% após receber a certificação. Por hoje é isto. Boa semana e, até a próxima Brasileira.

Agronegócio poderá usar linha de crédito do FAT para inovação

Produtores rurais que quiserem investir em inovação poderão contar com uma linha especial de crédito. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou na quarta-feira (20) uma mudança nas regras de financiamento à inovação e à digitalização com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A medida amplia o acesso ao crédito para empresários individuais e pessoas físicas que atuam no agronegócio, na produção florestal, na pesca e na aquicultura.

Na prática, produtores rurais e trabalhadores desses setores poderão contratar financiamentos para modernização tecnológica, compra de máquinas e equipamentos e digitalização das atividades produtivas.

Os recursos são repassados pelo FAT ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que empresta o

dinheiro com juros subsidiados.

O que muda

Antes da decisão, as operações de crédito eram restritas a empresas organizadas formalmente. Com a nova regulamentação, pessoas físicas e empresários individuais também passam a ser reconhecidos como beneficiários das linhas de financiamento.

A mudança vale para trabalhadores residentes e domiciliados no Brasil que exerçam atividades econômicas ligadas aos seguintes setores: Agronegócio; Produção florestal; Pesca; Aquicultura e Serviços diretamente relacionados a esses segmentos

Como funciona

Os financiamentos usam recursos do FAT, fundo abastecido principalmente pelas contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa

de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). O dinheiro é transferido ao BNDES, que opera programas de crédito voltados ao investimento produtivo.

As operações utilizam a Taxa Referencial (TR) como base de remuneração, o que tende a tornar o crédito mais acessível em comparação a modalidades tradicionais de mercado.

Segundo o governo, os recursos poderão ser usados para: Aquisição de máquinas e equipamentos; Modernização tecnológica; Digitalização da produção; Aumento da produtividade; Melhoria das condições de trabalho e produção.

Impactos esperados

A avaliação do governo é que a medida pode estimular a produção e a comercialização de máquinas agrícolas e equipamentos tecnológicos, além de bene-

ficiar fabricantes, distribuidores e prestadores de serviço.

A expectativa também é de geração de empregos, aumento da renda e fortalecimento da atividade econômica nas regiões atendidas.

O governo argumenta ainda que a modernização tecnológica pode melhorar a eficiência da produção rural e ampliar a competitividade do setor.

Quem compõe o CMN

O Conselho Monetário Nacional é o principal órgão responsável por definir as diretrizes das políticas monetária, cambial e de crédito do país.

Atualmente presidido pelo ministro da Fazenda, Dario Durrigan, o CMN também é composto pelo presidente do Banco Central, Gabriel Galipolo, e pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti. (Agência Brasil)

Aneel oficializa megaleilão do governo Lula que contratou R\$ 515 bilhões de energia

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) homologou na quinta-feira (21) o megaleilão do governo Lula (PT) que contratou ao menos R\$ 515 bilhões em energia de reserva de grupos como a J&F, dos irmãos Batista, a Envea, de André Esteves e a Petrobras.

O megaleilão vem sendo questionado em diversas instâncias em razão das alterações feitas em sua base de cálculo que, em três dias, fez dobrar o seu custo total; de um deságio baixo (cerca de 5% em média); e por priorizar o uso de usinas movidas a combustíveis fósseis (carvão e gás) ao invés de fontes renováveis, como as baterias de armazenamento.

Atualmente, há processos na Justiça Federal e no TCU (Tribunal de Contas da União).

O custo de R\$ 515 bilhões do leilão pode causar um aumento de 10% na conta de luz da população.

A homologação e a adjudicação são os atos que oficializam o leilão e precedem a assinatura dos contratos.

O entendimento da Aneel é de que não é competência da agência analisar a modelagem do leilão, feita pelo Ministério de

Minas e Energia e pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética), mas sim avaliar se o pregão ocorreu de acordo com as diretrizes desenhadas.

Portanto, o órgão deve homologar o pregão, enquanto os questionamentos sobre o preço e as mudanças de valor ficam a cargo de outras instâncias, por exemplo, a Justiça.

Até aqui, o Ministério Público Federal foi contra, em mais de uma ocasião, a homologação do certame e pediu sua investigação.

Tanto na Justiça, quanto no TCU, porém, ainda não houve decisão sobre mérito — e até aqui, os pedidos de urgência para apreciação do caso não foram aceitos.

A AudElétrica — área técnica do tribunal para o tema — ressalta a importância da contratação de energia para garantir o abastecimento da população do Brasil. Mas questiona a modelagem de preços do leilão e vê um resultado com baixa concorrência entre empresas, deixando o pregão na mão de grandes conglomerados, o que resultou na "contratação com elevado custo e reduzido grau de rivalidade".

A área técnica defende que

os certames devem ter como objetivo "a justa remuneração" das empresas e "não propostas baseadas na oportunidade desses agentes lucrarem extraordinariamente".

Já o MPF afirmou que "o aumento repentino de até 100% nos preços-teto dos produtos nas vésperas do certame configura, prima facie, um grave vício de motivação" uma vez que, segundo o documento juntados ao processo até agora, a mudança de valor levou em conta "não somente dados autodeclarados pelos entes privados interessados em disputar e lucrar com o certame".

O leilão contratou 19 GW de reserva de energia de usinas térmicas a gás e carvão e hidrelétricas, para os próximos 15 anos.

A reserva é um modelo no qual as usinas não são contratadas exatamente para a geração de energia, mas sim para ficarem de prontidão para serem acionadas em caso de necessidade para evitar apagões ou desabastecimento, por exemplo.

Quando são de fato acionadas, essas usinas também precisam ser pagas, o que pode aumentar ainda mais o custo para a União e, consequente-

mente, para a conta de luz.

O certame aconteceu em um modelo no qual o governo federal define um preço-teto a ser pago nas contratações, e vence a disputa a empresa que oferecer o valor mais baixo. Ele também foi fatiado em diversas rodadas.

A modelagem é questionada por uma série de fatores. Por exemplo, porque o seu preço-teto praticamente dobrou, atendendo a um pedido do Ministério de Minas e Energia passou de cerca de R\$ 300 bilhões para mais de R\$ 500 bilhões, com um intervalo de apenas três dias entre a apresentação dos valores iniciais e os atualizados.

Nesse ponto, a ação acrescenta que o resultado apresentou um deságio baixo, de cerca de 5%.

O modelo escolhido pelo Executivo contratou usinas termelétricas e hidrelétricas que ficam de prontidão, para serem acionadas caso haja risco de desabastecimento no Brasil.

Já um sistema de baterias seria capaz de armazenar o excesso de energia gerada pelas fontes eólica e solar para liberá-la a rede quando necessário. (Folhapress)

Governo destina mais R\$ 75,3 milhões para atingidos por chuvas em MG

O governo federal destinou mais R\$ 75,3 milhões para o pagamento do Auxílio Reconstrução a famílias de Juiz de Fora e Ubá, cidades mineiras afetadas pelas chuvas de fevereiro deste ano. A Medida Provisória nº 1.361 foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União, na quarta-feira (20).

O crédito extraordinário foi aberto em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, responsável pela execução do benefício. As famílias receberam o valor de R\$ 7,3 mil, mediante cadastro e verificação das informações.

De acordo com a pasta, até o momento, 3.099 famílias dos municípios de Juiz de Fora e Ubá já receberam o apoio financeiro, totalizando mais de R\$ 22,5 milhões pagos. O benefício é concedido em parcela única às famílias residentes em áreas efetivamente atingidas pelo desastre nas duas cidades, com registro de dano material ou perda de bens.

São consideradas áreas atingidas aquelas parciais ou integralmente inundadas ou danificadas por enxurradas ou deslizamentos de terra. A concessão do auxílio depende da verificação das informações encaminhadas pelas prefeituras e da autodeclaração do responsável familiar.

Novo lote

O último pagamento do Auxílio Reconstrução ocorreu na sexta-feira (19), quando 263 famílias mineiras receberam o benefício. De acordo com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional o próximo lote já está

em processamento e a confirmação dos habilitados deverá ocorrer ainda esta semana.

O cadastro das famílias que têm direito ao benefício é feito pelas prefeituras de Juiz de Fora e Ubá, e o responsável familiar faz apenas a confirmação dos dados. Para isso, é necessário acessar a página do benefício com a conta do Gov.br. Em caso de pendência, é necessário procurar a prefeitura para corrigir as informações e solicitar novo envio do cadastro.

O Auxílio Reconstrução é pago por família e em parcela única pela Caixa Econômica Federal, por meio de conta poupança social digital, de abertura automática em nome do beneficiário, ou outra conta em nome do beneficiário na mesma instituição financeira, sem que o banco possa realizar descontos ou compensações de dívidas anteriores sobre esse valor. Apenas um integrante da família pode receber a quantia. O beneficiário não precisa procurar a agência bancária.

Além do Auxílio Reconstrução, outras frentes de apoio à população afetada incluem a Compra Assistida do Programa Minha Casa, Minha Vida, que viabiliza a aquisição de uma nova moradia com subsídio de até R\$ 200 mil, e linhas emergenciais de crédito voltadas à retomada da atividade econômica nos municípios.

Até o momento, 103 empresas de Juiz de Fora e Ubá contrataram 118 operações de crédito, somando R\$ 23,51 milhões em recursos concedidos. (Agência Brasil)

Novo Desenrola renegocia quase R\$ 12 bilhões em dívidas

Inflação tem alta para famílias de baixa renda em abril, diz Ipea

A inflação aumentou no último mês para as famílias com renda de até R\$ 2.299,82, considerada a faixa mais baixa de renda. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nesta faixa de renda a inflação "avançou de 0,85% em março para 0,92% em abril."

A variação geral de preços segundo o estrato econômico foi medida pelo índice de inflação por faixa de renda calculado pelo Ipea. Conforme os dados analisados, a inflação desacelerou em abril para as faixas de renda acima de R\$ 2.299,82.

Nota do instituto afirma que os reajustes mais fortes dos preços da energia elétrica (0,72%) e dos produtos farmacêuticos (1,8%) em abril foram as maiores responsáveis pela aceleração inflacionária que repercutiu nas famílias de renda muito baixa.

De janeiro a abril de 2026, a

taxa de inflação para quem ganha até R\$ 2.299,82 de renda foi de 2,66%. "No acumulado em 12 meses, no entanto, as famílias de renda muito baixa seguem sendo as com menor variação inflacionária (3,83%)", ressalva o Ipea.

Para o conjunto total de famílias, independente de renda, as principais pressões inflacionárias de abril vieram da alta de preços do arroz (2,5%), feijão carioca (3,5%), batata (6,6%), carnes (1,6%), ovos (1,7%) e leite (13,7%).

Além desses produtos, houve alta de no grupo de "saúde e cuidados pessoais": puxado pelos acréscimos nos custos dos artigos de higiene (1,6%), e dos reajustes dos serviços médicos (1,0%).

Merece destaque ainda a pressão sobre os custos dos combustíveis (1,8%) devido à guerra contra o Irã iniciada pelos Estados Unidos e Israel. (Agência Brasil)

Congresso derruba vetos de Lula e decide liberar verba a municípios antes da eleição

O Congresso Nacional derrubou na quinta-feira (21) vetos do presidente Lula (PT) a pontos da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e decidiu liberar a doação de bens, valores ou benefícios pela administração pública durante o período eleitoral, além do acesso de municípios inadimplentes a transferências da União.

No total, foram quatro vetos derrubados na sessão conjunta do Congresso. A base do governo construiu acordo para a derrubada de três. O PT foi contra apenas à liberação de doações em período eleitoral, mas por falta de acordo o governo liberou partidos aliados a votarem a favor.

Com a derrubada dos vetos, o Congresso faz voltar a valer a autorização para municípios inadimplentes de até 65 mil habitantes celebrarem convênios para receber recursos federais; a permissão para que o poder público faça doações de bens, dinheiro ou outros benefícios durante o período eleitoral; e a possibilidade de a União enviar recursos orçamentários para a construção e manutenção de rodovias estaduais e municipais caso elas integrem modos de transporte ou ao escoamento produtivo.

A liberação da doação de bens em período eleitoral foi restabelecida com votos de 281 deputados e 48 senadores, diante de resistência de partidos mais ligados ao governo. Os outros três vetos, diante do acordo, foram derrubados com placares que superaram os 425 votos da Câmara e 65 do Senado.

A liberação de doações beneficia municípios no geral e abre brechas para o pagamento de emendas parlamentares não impositivas, que são alvos de restrições durante o período de campanha. Além disso, críticos ao projeto avaliam que o texto é genérico e não define os tipos de doações permitidas.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse lamentar a derrubada do veto que modifica a lei eleitoral, mas ressaltou que havia acordo com o governo na rejeição dos demais para atender a um pedido dos municípios.

"Se trata de um dispositivo da legislação eleitoral de preservação à paridade de armas de ter igualdade de condições entre os candidatos. Respeitamos a posição do Congresso, mas a nossa posição era que este veto em especial fosse mantido", disse.

"Na prática, um candidato a deputado federal apoiado por um prefeito pode ser beneficiado em relação a um outro candidato que tem a base eleitoral neste municí-

pio e não tenha esse instrumento, não tem relação com o prefeito", completou.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), destacou que a derrubada de vetos nesta semana foi um gesto a gestores municipais. Políticos do centrão tendem a confiar em uma rede de prefeitos aliados para fazer campanha "na ponta" e conseguir o chamado "voto de estrutura".

O texto da LDO que voltou a valer determina, apenas, a necessidade de uma contrapartida por parte dos municípios. Isso pode ser feito por meio de outra doação ou do compromisso com um projeto em específico.

Nesta semana, há justamente a Marcha dos Prefeitos em Brasília. Nesse sentido, Alcolumbre pediu "sensibilidade" para os pares finalizarem os pedidos de abertura da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) mista sobre a fraude do Banco Master e votarem os vetos.

"Nos últimos meses, grande parte das lideranças foram acionados por membros do Executivo e Legislativo municipais sobre a importância de pautarmos esse veto. 92% dos municípios brasileiros possuem menos de 65 mil habitantes. O atual quadro de desafios orçamentários e fiscais que as prefeituras têm enfrentado toma de extrema importância essa sessão", disse Alcolumbre.

Ele completou, apelando pelo fim dos pedidos de CPI e concentração na derrubada dos vetos. "Este assunto não pode ser o prioritário na sessão. Na data de hoje, 3,2 mil municípios estão inadimplentes, poderemos chegar a 5 mil. Peço que vocês excelências, todos tiveram a oportunidade de cobrar, mas esse assunto cabe exclusivamente à presidência do Congresso", disse.

Ao final da votação, Alcolumbre comemorou o resultado e disse ser municipalista. "Estou muito feliz de conduzir esta votação no Congresso Nacional com apoio dos meus colegas para nós efetivamente fazermos o que o Brasil espera da gente: trabalhar para melhorar a qualidade de vida das pessoas, diminuir as desigualdades e fortalecer a República", disse.

Ainda há 40 vetos à LDO pendentes de análise pelo Congresso. Alcolumbre afirmou que convocaria uma nova sessão conjunta em cerca de 20 a 30 dias, para a votação dos demais trechos retirados por Lula da Lei Orçamentária.

Um dos vetos que devem ser analisados, por exemplo, impediu o aumento do fundo partidário. (Folhapress)

O Novo Desenrola renegociou cerca de R\$ 12 bilhões em dívidas de famílias e contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) desde o lançamento, disse na quinta-feira (21) o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Segundo ele, as negociações beneficiaram mais de 1 milhão de pessoas.

"O programa já alcançou mais de 1 milhão de CPFs e cerca de 1,1 milhão de operações", afirmou durante coletiva para apresentar o balanço da iniciativa.

Dívidas quitadas

De acordo com o Ministério da Fazenda, 449 mil dívidas foram quitadas à vista no eixo voltado às famílias.

O valor original desses débitos somava R\$ 1,06 bilhão, mas caiu para R\$ 154,2 milhões após os descontos aplicados nas negociações. O abatimento médio ficou em aproximadamente 85%.

Dívidas refinanciadas

Além dos pagamentos à vista, o programa refinanciou 685,5 mil operações com garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO).

Neste grupo, o estoque original das dívidas era de cerca de R\$ 9 bilhões. Após a renegociação, o valor caiu para R\$ 1,36 bilhão, também com desconto mé-

dio próximo de 85%.

Somando as operações quitadas e refinanciadas, o Desenrola Famílias já movimentou aproximadamente R\$ 10 bilhões em dívidas renegociadas.

Renegociação do Fies

O governo também atualizou os números do Desenrola Fies, voltado a contratos em atraso do financiamento estudantil.

Até 19 de maio, foram renegociados 34.087 contratos. As dívidas originais somavam R\$ 2,04 bilhões e caíram para R\$ 410,2 milhões após os acordos. Segundo a Fazenda, o desconto médio nessa modalidade ficou próximo de 80%.

FGTS liberado

O governo informou ainda que, a partir de 26 de maio, trabalhadores poderão usar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitar dívidas no programa.

Originalmente, o Ministério do Trabalho e Emprego tinha informado que as renegociações começariam dia 25. No entanto, a Fazenda informou que as consultas começam dia 25, e as renegociações, dia 26.

Pelas regras anunciadas, será possível utilizar: até 20% do saldo disponível do FGTS;

ou até R\$ 1 mil, prevalecendo o maior valor.

A estimativa da equipe econômica é liberar até R\$ 8,2 bilhões para esse tipo de pagamento.

O governo também anunciou a liberação de cerca de R\$ 7 bilhões do saque-aniversário residual, que poderá ser usado no Desenrola.

Empresas incluídas

Além das famílias e estudantes, o programa tem modalidades voltadas para empresas. O Programa Nacional de Apoio a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Procred passam a ter regras mais flexíveis, prazos mais longos e maior tolerância a atrasos.

No Pronampe, destinado a micro e pequenas empresas, já foram realizadas mais de 31 mil operações, totalizando R\$ 5,1 bilhões.

Já o Procred, linha de crédito da Caixa Econômica Federal em parceria com o governo federal voltada a microempreendedores individuais (MEI) e microempresas, registrou 9.703 operações, movimentando R\$ 396 milhões.

Nova etapa

Segundo Durigan, a equipe econômica trabalha agora em uma nova versão do programa voltada para consumidores adimplen-

tes, ou seja, pessoas sem dívidas em atraso.

"O Desenrola para adimplentes está sendo desenhado dentro do Ministério da Fazenda e muito em breve vamos trazer detalhes", afirmou o ministro.

Como funciona

Lançado no início de maio, o Novo Desenrola foi dividido em quatro frentes: famílias; estudantes do Fies; empresas; produtores rurais.

O programa permite renegociar dívidas como: cartão de crédito; cheque especial; crédito rotativo; crédito pessoal; contratos do Fies.

Os juros máximos anunciados pelo governo chegam a 1,99% ao mês. Os descontos podem variar de 30% a 90%, dependendo do tipo da dívida e do prazo de pagamento.

Restrição a bets

Uma das regras do programa prevê que pessoas que aderirem ao Desenrola ficarão bloqueadas por um ano em plataformas de apostas online.

"Não pode renegociar a dívida e continuar perdendo dinheiro apostando em bet", afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao anunciar o programa. (Agência Brasil)

BC começa a rastrear bets ilegais após TCU apontar deficiências do governo

O Banco Central começa a rastrear, na quinta-feira (21), pessoas e empresas suspeitas de atuar como bets ilegais. Isto é, bancas sem licença do governo que oferecem apostas esportivas e jogos online como o Fortune Tiger (jogo do tigrinho) e não pagam impostos nem repassam receitas ao governo.

O monitoramento depende de adaptações das instituições financeiras reguladas pelo BC, que podem aderir desde já à iniciativa e terão até 1º de dezembro para implementar o monitoramento.

O jogador que fizer aposta em uma bet ilegal também receberá uma marcação interna. Para isso, as instituições financeiras usarão o Fraud Marker, mesmo sistema em que há a denúncia de golpes do Pix. Todos os sites legalizados de apostas têm o endereço finalizado com o domínio bet.br.

A autoridade monetária afirma que as instituições financeiras deverão fazer as marcações sob sigilo, para garantir o respeito à LGPD (lei geral de proteção de dados) e a livre concorrência.

A decisão da diretoria colegiada do BC é de terça-feira (19), mesmo dia em que o TCU (Tribunal de Contas da União) apontou, em auditoria, a necessidade de avançar no combate a casas de apostas ilegais, a fim de prevenir crimes de lavagem de dinheiro. O documento afirma que existem "deficiências sistêmicas" no trabalho da Fazenda contra as bets ilegais.

TCU estima que as bets ilegais movimentem entre R\$ 26 bilhões e R\$ 40 bilhões ao ano, o que significaria taxa entre 41% e 51% do dinheiro destinado a jogo no Brasil. Os dados constam de estudo da LCA contratado por bets e revisado pelo tribunal.

O BC ainda vai monitorar a prestação de serviços financeiros, a contratação de empréstimos e transações de criptoativos envolvendo os operadores irregulares.

As instituições financeiras têm até 30 de outubro para começar a monitorar as transações de bets ilegais com criptoativos e até o dia 1º de dezembro para começar a monitorar todas as transações de contas sob suspeita de pertencer a uma bet ilegal.

A regulação das apostas no Brasil, iniciada pelo governo de Michel Temer em 2018 e concluída por Lula em 2024, avançou sobre duas principais justificativas: combater o mercado ilegal e garantir arrecadação tributária com a atividade.

Contudo, o problema do mercado ilegal, muitas vezes ligado a grupos criminosos estrangeiros com licenças em paraísos fiscais como Malta e Bahamas, persiste.

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) diz ter retirado do ar, no ano passado, mais de 39 mil endereços ligados a bets irregulares, enquanto sites autorizados a atuar no Brasil apenas 85 CNPJs (cada um pode controlar até três sites de aposta).

O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, já disse à reportagem que a derrubada dos sites apenas seria um paliativo se não fosse acompanhada de medidas que atingissem as empresas financeiramente.

Segundo o relatório do IBJR (Instituto Brasileiro de Jogo Responsável), que serviu de base para a pericia do TCU, as movimentações financeiras de bets ilegais costumam envolver a compra de criptoativos. Também incluem operações de câmbio fora do ambiente regulado, como forma de apagar a origem do dinheiro.

Na auditoria, o TCU analisou o papel da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Encla) no enfrentamento das casas de apostas ilegais. A Encla é uma iniciativa do governo, que une entes estatais, incluindo o Banco Central, e representantes da sociedade civil para formulação de políticas públicas contra o crime financeiro.

Embora o tribunal certifique o avanço do mercado regulado, a auditoria aponta falhas na supervisão do setor. "O exame dos documentos apresentados pela Anatel, Ministério da Fazenda, BC, Coaf e Receita Federal evidenciou deficiências sistêmicas na capacidade operacional da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda para detectar tempestivamente casas de apostas não autorizadas que utilizam a infraestrutura digital brasileira para exploração irregular de apostas de quota fixa."

O TCU recomenda que a SPA institua um mecanismo permanente de coordenação institucional de combate às apostas irregulares e invista em instrumentos tecnológicos e metodológicos para detectar as bets ilegais.

Procurada, a Fazenda não respondeu. Em anúncio do dia 24 de maio, a SPA disse que fez 1.665 notificações a instituições financeiras, que resultaram no encerramento de 697 contas ligadas a operações suspeitas com apostas ilegais.

"O Brasil estabeleceu regras claras para o funcionamento das apostas de quota fixa, e não haverá espaço para quem tenta operar à margem desse sistema ou criar estruturas para contornar a legislação", afirmou o ministro da Fazenda, Dario Durigan, na ocasião. (Folhapress)

Supremo valida lei que viabiliza construção da Ferrogrão

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (21) validar a lei que viabiliza a construção da Ferrogrão, ferrovia que ainda está em fase de planejamento e deverá ser construída entre Sinop (MT) e Itaituba (PA).

Por 9 votos a 1, o plenário da Corte reconheceu a constitucionalidade da Lei 13.452/2017, norma que reduziu a área ambiental preservada do Parque Nacional do Jamanxim, localizado no Pará, para permitir a construção da ferrovia.

A construção da Ferrogrão é articulada pelo setor do agronegócio do governo do ex-presidente Michel Temer, mas ainda não saiu o papel. O projeto também foi alvo de críticas por ameaçar os direitos de povos indígenas que vivem na região.

O caso chegou ao Supremo por meio de uma ação protocolada pelo PSOL. O partido alegou que medidas ambientais não fo-

ram cumpridas e que o traçado da ferrovia pode trazer prejuízos para as comunidades indígenas que estão nas proximidades do parque. Apesar dos questionamentos do partido, a ação foi rejeitada.

O primeiro voto foi proferido em outubro do ano passado, quando o julgamento foi iniciado.

Relator do caso, o ministro Alexandre de Moraes votou pela constitucionalidade da lei que alterou os limites do parque.

No entendimento de Moraes, as normas previram a compensação ambiental da área reduzida do parque e não houve prejuízo considerável para o meio ambiente. O relator também descartou impactos para as comunidades indígenas.

"Ela [ferrovia] não passa por nenhuma terra indígena. O maior impacto registrado seria na Terra Indígena Praia do Mangue, que fica a quatro quilôme-

tros de distância do traçado da ferrovia", afirmou.

Após o voto do relator, o ministro Flávio Dino pediu vista do processo, e o julgamento foi retomado na sessão de hoje.

Dino também votou pela validade da lei e ressaltou que o projeto de construção não prevê que o traçado passe por territórios indígenas. Segundo o ministro, as terras indígenas Praia do Mangue e Praia do Índio, do povo Mundurucu, estão a 4 e 7 quilômetros de distância do traçado, respectivamente.

Contudo, Dino ponderou que a eventual mudança de traçado não poderá reduzir terras indígenas em um raio de 250 quilômetros. Pelo entendimento, se houver algum dano aos indígenas, eles deverão ser ressarcidos com participação em eventuais lucros.

"É claro que há um debate relevantíssimo sobre os impactos da hipotética ferrovia no Rio Tapajós. Contudo, isso não consti-

tui objeto destes autos. Provavelmente, quem sabe no futuro, alguma judicialização sobre isso. Obviamente, os traumas derivados do licenciamento de Belo Monte, atingindo de modo danoso o [Rio] Xingu, autorizam que haja preocupação quanto aos impactos", afirmou.

Também se manifestaram a favor da lei os ministros Cristiano Zanin, André Menezes, Nunes Marques, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Luis Roberto Barroso, que votou antes de se aposentar. Cármen Lúcia estava ausente e não votou.

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, foi único a votar pela inconstitucionalidade da lei. Fachin entendeu que a redução de área ambiental deve ocorrer por meio de projeto de lei, e não por medida provisória. A Lei 13.452/2017, que viabiliza a Ferrogrão, é oriunda de uma medida provisória editada por Temer. (Agência Brasil)

Arrecadação federal bate recorde e supera R\$ 278 bilhões em abril

Impulsionado pelo crescimento da economia e pela alta do petróleo, o governo federal arrecadou R\$ 278,8 bilhões em impostos, contribuições e demais receitas em abril. É o melhor resultado para o mês desde o início da série histórica, em 1995.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (21) pela Receita Federal e mostram crescimento real de 7,82% em relação a abril de 2025, descontada a inflação.

No acumulado de janeiro a abril, a arrecadação chegou a R\$ 1,05 trilhão, alta real de 5,41% na comparação com o mesmo período do ano passado. Também é o maior valor já registrado para um primeiro quadrimestre desde o início da série histórica.

Principais números: Arrecadação em abril: R\$ 278,8 bilhões (7,82% acima da inflação); Arrecadação no ano: R\$ 1,05 trilhão

(5,41% acima da inflação); IRPJ e CSLL: R\$ 64,8 bilhões (7,73%); Receita previdenciária: R\$ 62,7 bilhões (4,83%); IR sobre rendimentos de capital: R\$ 13,2 bilhões (25,45%). Alta da arrecadação do petróleo e gás: R\$ 11,4 bilhões (541% em abril).

O que puxou

Segundo a Receita Federal, o desempenho foi impulsionado principalmente pelo aumento da arrecadação previdenciária, relacionado ao aumento do trabalho formal.

O crescimento também foi motivado pelo Programa de Integração Social (PIS) e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ligados ao consumo.

Também contribuíram para a alta o Imposto de Renda sobre aplicações financeiras, reformulado no ano passado, e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cujas alíquotas sobre operações cambiais aumentaram em 2025.

Outro fator importante foi a reestruturação gradual da folha de pagamentos de alguns setores e da contribuição patronal dos

municípios, retomada desde janeiro de 2025.

A arrecadação com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) somou R\$ 64,8 bilhões em abril, com crescimento real de 7,73%.

De acordo com a Receita, houve aumento na tributação de empresas enquadradas em diferentes regimes, como estimativa mensal, lucro presumido e balanço trimestral.

O avanço indica que as empresas tiveram maior lucro tributável e ampliaram o recolhimento de impostos federais.

Previdência Social

A receita previdenciária arrecadou R\$ 62,7 bilhões em abril, crescimento real de 4,83%.

O resultado foi influenciado pelo aumento da massa salarial do país, que cresceu 3,61% em março na comparação anual. Também houve expansão de 9,18% na arrecadação previdenciária ligada ao Simples Nacional.

Na prática, mais empregos formais e salários maiores aumentaram automaticamente a contribuição recolhida ao INSS.



Foto: Marcelo Camargo/ABR

Investimentos

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital arrecadou R\$ 13,2 bilhões, com crescimento real de 25,45%.

A Receita atribuiu o resultado ao aumento da tributação sobre aplicações de renda fixa e ao salto na arrecadação com Juros sobre Capital Próprio (JCP), mecanismo usado por empresas para remunerar os acionistas.

A cobrança sobre JCP cresceu 94,74% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Petróleo

Um dos maiores destaques veio do setor de petróleo e gás

natural.

A arrecadação ligada aos tributos e aos royalties de exploração do setor disparou 541% em abril, alcançando R\$ 11,4 bilhões. No acumulado do ano, a alta chega a 264%, com receitas de R\$ 40,2 bilhões.

O crescimento foi provocado principalmente pela forte valorização internacional do petróleo em meio às tensões geopolíticas no Oriente Médio e à guerra envolvendo o Irã.

Com o barril mais caro, empresas do setor lucram mais, recolhendo mais impostos e royalties ao governo. (Agência Brasil)

CMN regulamenta linha emergencial para auxílio a companhias aéreas



Foto: Paulo Roberto Aguiar/ABR

Uma das principais medidas de socorro ao setor aéreo anunciadas nas últimas semanas sairá do papel. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou na quarta-feira (20) resolução que regulamenta uma nova linha emergencial de crédito para empresas que operam voos domésticos regulares no Brasil.

A medida prevê até R\$ 1 bilhão em financiamentos para reforçar o capital de giro das companhias diante da alta recente dos custos do setor, especialmente do querosene de aviação.

A nova linha foi autorizada pela Medida Provisória 1.349, publicada em abril deste ano, e agora passa a ter regras definidas para funcionamento. Segundo o governo, o objetivo é garantir liquidez imediata às empresas e evitar impactos sobre a continuidade do transporte aéreo doméstico.

Como funciona

Os recursos poderão ser usados exclusivamente para capital de giro, ou seja, despesas operacionais do dia a dia das companhias aéreas, como pagamento de fornecedores, combustível, manutenção e folha salarial.

Poderão acessar o crédito apenas empresas que prestem serviços de transporte aéreo doméstico regular e sejam habilitadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

Limite do crédito

Cada empresa poderá contratar um valor equivalente a até 1,6% do faturamento bruto anual registrado em 2025.

Mesmo assim, haverá um teto máximo de R\$ 330 milhões por beneficiário.

Com o limite individual, o governo busca distribuir os recursos entre diferentes empresas do setor e evitar concentração excessiva da linha de financiamento.

Prazo curto

Os financiamentos terão prazo de até seis meses para pagamento. O modelo aprovado prevê amortização em parcela única no vencimento final do contrato, ou seja, a empresa receberá o dinheiro agora e quitará todo o valor ao fim do prazo estabelecido.

A liberação dos recursos deverá ocorrer até 28 de junho de 2026.

Juros cobrados

Os encargos financeiros serão equivalentes a 100% da taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indicador que acompanha os juros praticados entre instituições financeiras.

Em caso de atraso no pagamento, haverá: juros de mora de 1% ao mês multa de 2% sobre o valor devido

Os recursos serão liberados diretamente em conta mantida no Banco do Brasil, instituição que será contratada pela União para operacionalizar a linha.

Exigências

Para contratar o financiamento, as empresas precisarão apresentar declarações formais sobre a situação financeira e operacional.

Entre as exigências estão: comprovação dos impactos da alta do combustível; demonstração de necessidade da linha emergencial; declaração de inexistência de impedimentos judiciais ou extrajudiciais; compatibilidade entre previsão de receitas e capacidade de pagamento.

Segundo a resolução, todas as informações fornecidas serão de responsabilidade exclusiva das empresas tomadoras do crédito e passarão a integrar os contratos de financiamento.

Alta dos custos

A criação da linha ocorre em meio à pressão sobre os custos das companhias aéreas causada pela disparada recente do preço do querosene de aviação, influenciada pelas tensões geopolíticas no Oriente Médio e pela alta internacional do petróleo.

O governo avalia que o crédito emergencial pode ajudar a preservar a operação das empresas e reduzir riscos de cancelamentos, cortes de rotas e dificuldades financeiras no setor.

O que é o CMN

O Conselho Monetário Nacional é o principal órgão responsável por definir as diretrizes das políticas monetária, cambial e de crédito do país.

Presidido pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, o CMN também é composto pelo presidente do Banco Central, Gabriel Galipolo, e pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti.

Originalmente, a reunião mensal do CMN estava prevista para a quinta-feira (21), mas o encontro foi antecipado para a quarta (20), (Agência Brasil)

Consumo de café sobe 2,44% no primeiro quadrimestre deste ano

Com a desaceleração dos preços do café nos supermercados, o consumo da bebida voltou a crescer no Brasil. Nos primeiros quatro meses deste ano foi registrada uma alta de 2,44% no consumo de café na comparação com o mesmo período do ano passado, alcançando 4,9 milhões de sacas de 60 quilos.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), a recuperação no consumo teve início principalmente em março, quando o crescimento chegou a 10,25% em relação a março de 2025. Em abril, o consumo continuou em alta, mas em um ritmo um pouco menor, em torno de 3,66%.

“O ano de 2025 foi bastante resiliente com a cafeicultura em geral e culminou com queda no consumo. Começamos o ano de 2026 ainda não recuperando totalmente, mas em março começamos a mostrar um crescimento maior”, explicou o diretor executivo da Abic, Celirio Inácio.

No ano passado, devido à alta nos preços, o consumo de café caiu 2,31% entre novembro de 2024 e outubro de 2025 na comparação com o período anterior.



Foto: Marcelo Camargo/ABR

Depois de um pico de preços entre o final de 2024 e o início de 2025, o ano de 2026 começou com uma maior oferta da matéria-prima, o que fez os preços do produto baixarem.

No caso do café tradicional, a queda foi de 15,51% em abril deste ano na comparação com o mesmo mês do ano passado, com o quilo custando em torno de R\$ 55,34.

Das oito categorias que são monitoradas pela Abic, apenas três registraram alta nos preços ao consumidor:

Cafés especiais (16,9%), Descafeinados (21%), Café solúvel (0,55%).

Para este ano, o setor espera uma safra recorde de café no Brasil, disse o presidente da Abic, Pavel Cardoso. Se a previsão for confirmada, poderá haver uma nova queda nos preços para o consumidor.

“Em 2026 nós teremos uma safra maior do que a de 2025, com potenciais chances de ser maior do que em 2020, quando tivemos uma safra recorde. Havendo uma

manutenção nessa expectativa de safra, a gente tende a ter um comportamento mais regular dessas plantações e, com isso, a indústria naturalmente deve transferir isso [essa queda nos preços] para o varejo”, explicou a jornalista.

Com essa possibilidade de uma boa safra e queda nos preços, Cardoso acredita que a consequência deverá ser um novo aumento no consumo do produto.

“Sendo regular esse comportamento e reduzindo-se a volatilidade, o entendimento é que a gente terá um comportamento de maior recuperação desse consumo ao longo do ano”.

Safra

Na manhã desta quinta-feira (21), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou que a produção de café deverá crescer 18% na safra deste ano frente ao volume colhido na temporada passada, alcançando 66,7 milhões de sacas.

Se isso se confirmar, esta será a maior produção já registrada na série histórica da Conab, superando em 5,74% a colheita registrada em 2020. (Agência Brasil)

App 99 desenvolve tecnologia para monitorar motociclistas parceiros



Foto: Paulo Roberto Aguiar/ABR

Acelerações e frenagens bruscas, curvas acentuadas, mudanças de faixas abruptas e ultrapassagem de limites de velocidade estão entre os itens observados pela empresa 99 monitorar o comportamento de motociclistas parceiros.

Por meio de sensores, a empresa desenvolveu um sistema com algoritmo que capta todos esses movimentos irregulares e alerta os condutores.

Ultrapassagem de sinal vermelho, andar na contramão e andar sobre a calçada são os próximos pontos de acompanhamento.

Dados internos da empresa

de tecnologia voltada à mobilidade urbana revelam que até 82% dos condutores conseguem corrigir comportamentos de risco após receber avisos preventivos de restrição no aplicativo. O levantamento é do Relatório de Direção e contempla os três primeiros meses de 2026.

No Rio de Janeiro, cidade piloto da iniciativa, o melhor resultado foi registrado em março, quando 82% dos motociclistas passaram a dirigir de forma mais segura depois de receberem a advertência. Em outubro de 2025, a prefeitura decidiu fiscalizar manobras perigosas de motoristas de app. A 99 foi uma das que de-

riram ao decreto.

Em janeiro deste ano, o índice foi de 48% e, em fevereiro, a taxa de melhoria foi de 14%, mas o volume de motociclistas notificados por comportamentos imprudentes foi o menor de todos: apenas 0,03% do total de condutores parceiros na cidade.

Em nível nacional, o índice de correção de comportamentos também foi alto: em março, mais de 80% dos motociclistas alertados melhoraram sua conduta no mesmo mês. Nos demais meses analisados, os índices foram de 31% em janeiro e 7% em fevereiro.

Restrições

A gerente sênior de segurança da 99, Maria Luiza Marcolan, explica que a empresa exige nota mínima de 60% para o motorista continuar pilotando.

“A gente manda uma mensagem para o motorista com nota menor que 60% para ter atenção. Se não melhorar seu comportamento em 15 dias, vai sofrer uma restrição. Nesse prazo de 15 dias, 30% já melhoraram.”

Segundo ela, com a primeira restrição, o motorista fica cinco

dias fora da plataforma. Se acontece novamente no mês seguinte, dez dias. De novo, no outro mês, 30 dias. Se ocorrer mais uma vez, o motorista é bloqueado da plataforma.

De acordo com Maria Luiza, das pessoas restritas uma primeira vez, 60% melhoraram a pilotagem. “O objetivo é a mudança de comportamento. A maioria fica na restrição de cinco dias.”

A gerente explica que o Relatório de Direção ajuda o motociclista parceiro a entender seu comportamento e a fazer ajustes práticos no dia a dia, o que se reflete diretamente na redução de riscos.

“Observamos redução de 35% nos acidentes registrados no primeiro trimestre deste ano – resultado três vezes maior do que a redução registrada no mesmo período de 2025, quando houve 11% de diminuição nesse índice.”

Ela acrescenta que essa diferença de quase 24 pontos percentuais reforça o entendimento de que, quando se combina tecnologia e educação, é possível gerar impacto real na segurança viária. (Agência Brasil)